

CANTER, D. — *The Psychology of Place*, The Architectural Press, London, 1977

O lugar de David Canter no domínio da psicologia ambiental é proeminente, como o atesta o facto de ser não só director do único curso universitário que gradua especificamente em psicologia ambiental, na Universidade de Surrey, como também ser co-director, juntamente com K. Craik, da única revista internacional neste domínio, o recentemente lançado *Journal of Environmental Psychology*.

Autor de inúmeros artigos especializados, particularmente no campo da psicologia arquitectural e do impacto dos meios construídos no comportamento, além de vários livros de grande relevância (*Psychology and the Built Environment*, *Environmental Interaction*, *Fires and Human Behaviour*, *Psychology for Architects*, etc.) David Canter é também um metodólogo, conhecido pela aplicação da teoria das facetas de Guttman à psicologia ambiente e à avaliação subjectiva dos meios construídos, com extensa aplicação dos modelos de análise não métrica da escola de Lingoos-Guttman.

E é precisamente do comportamento humano nos meios construídos, da interacção entre as pessoas e os lugares, que trata esta obra já traduzida em espanhol e japonês. Situando-se epistologicamente numa perspectiva cognitivista, Canter aborda «os processos psicológicos que nos permitem compreender os lugares, utilizá-los e criá-los». Sem desdenhar as perspectivas e os contributos da experimentação, Canter opta todavia por uma abordagem dos comportamentos nos meios ambientes «reais», nos espaços construídos que constituem os ambientes do quotidiano do homem da moderna civilização urbana. Esses ambientes vão desde a disposição espacial de camas em hospitais até

grandes regiões e espaços geográficos. Canter afirma-se como um estudioso dos processos cognitivos que subentendem a conceptualização e representação desses «lugares» e da forma como eles influem no comportamento manifesto dos sujeitos. Dois temas polarizam a sua análise: o desenvolvimento de um modelo teórico passível de explicar esses processos e o estudo das técnicas que permitem o seu estudo objectivo.

Os dois primeiros capítulos do livro («Places and cognitions» e «Theoretical origins») respeitam ao primeiro tema. De interesse particular a revisão das teorias da representação dos lugares apresentada no segundo capítulo, desde o modelo de esquemas de Bartlett até ao modelo de análise topológica de Lynch, o pioneiro do estudo sistemático das representações dos espaços urbanos (recorda-se, a propósito, que a obra de Lynch *The image of the city*, de grande interesse não só para psicólogos como também para urbanistas e geógrafos, continua a aguardar a tradução para português).

Nos capítulos 3, 4, 5 e 6 são analisados os métodos e as técnicas de abordagem dos processos de cognição dos lugares, com uma breve introdução ao modelo das facetas aplicado aos sistemas cognitivos; Canter, que trabalhou um ano no Japão a convite da Universidade de Tokyo, ilustra os processos de identificação e hierarquização dos lugares com os estudos aí desenvolvidos sobre a utilização do espaço nas casas japonesas. As técnicas de análise das descrições dos ambientes e sua «configuração conceptual» revistas por Canter estendem-se desde a clássica diferenciação semântica e o método de grelhas de Kelly, até aplicações mais sofisticadas de técnicas de análise não-métrica como o escalonamento multidimensional (MDS). Serve de ilustração sumária no capítulo 3 um interessante estudo de 1972, onde Canter aborda a questão dos recintos de hospitais para

crianças, com referência a estudos prévios de capital importância, como o de Bowlby.

O capítulo 4 trata do problema da «cartografia cognitiva», ou seja: da representação, cognitivo-emocional, dos espaços e das vizinhanças — a questão, em suma, dos «mapas mentais». Trata-se aqui de um tema de enorme interesse teórico e prático que a psicologia ambiental tem vindo a abordar com crescente envolvimento: é fundamentalmente em função dessas representações dos espaços, em particular dos espaços urbanos, que os nossos comportamentos de viventes-na-cidade são orientados — e as nossas decisões mais quotidianas, portanto, desde a escolha de trajectos até à escolha de locais frequentados (os «nossos» cinemas, os «nossos» cafés, as «nossas» vivências do bairro e das vizinhanças — tudo isso são factores componentes e simultaneamente produtos das representações do fenómeno urbano). Simultaneamente, a maneira como representamos o espaço urbano é expressão da nossa pessoal vivência da cidade, a ponto de Francis Ribey, psicólogo social da Universidade de Estrasburgo, poder referir o embaraço dos sujeitos quando se lhes pede que representem a cidade numa folha branca — porque de uma autêntica prova projectiva se trata, afinal. A interrogação de Canter é precisamente essa: quais os processos internos que levam à transformação da informação recebida do ambiente urbano num produto de saída que é a representação modelada, simplificada, escotomizada cognitivo-emocionalmente e estruturada dessa montanha de informação sensorial com que a cidade nos bombardeia em cada minuto nela vivido. Canter conclui que «tal como nos mapas, esses sistemas possuem uma escala, uma certa métrica através da qual a nossa experiência do mundo físico é transformada e arquivada em memória para posterior re-utilização» — o capítulo 5 aborda juntamente a natureza dessa escala e dessa métrica, particularmente a questão de estimação de distâncias e sua variação interindividual.

No capítulo 6, o autor foca as qualificações cognitivo-emocionais dos espaços e lugares, e das preferências espaciais. A diferenciação subjectiva dos lugares é de fundamental importância nos sistemas de decisão sobre a sua utilização — será o Algarve, esse cancro turístico cognitivo-emocionalmente investido de uma tonalidade mítica como o lugar das férias, mais «adequado» do que qualquer outro lugar deste país? Ir tomar chazinho à Rua Garrett será mais prático do que ir à pastelaria da esquina (que por acaso fica a cinco quilómetros da Baixa)? Porque será que os moradores de Alcântara gostavam de viver na Avenida dos Estados Unidos da América e os intelectuais das Avenidas Novas sonham com uma esplêndida casa velha nos arredores do Castelo de São Jorge? Quem vai ao passeio dos tristes nos domingos? Porquê, mesmo, dos tristes? Etc.

Esta leitura diferencial, do ponto de vista sócio-psicológico, é feita no capítulo 7: a experiência do espaço, no polícia e no cidadão comum, no intelectual e no trabalhador manual, no patrão e no proprietário, no adulto e na criança. É em função destes papéis que o espaço é investido. É em função deles que os jogos do quotidiano na cidade são desenvolvidos. A perspectiva ontogenética não é ignorada por Canter, que fornece interessantes dados sobre o desenvolvimento da representação e reconhecimento de lugares em crianças, do ponto de vista transcultural.

No capítulo 8, que encerra o livro, Canter propõe um *slogan*: o objectivo do *design* ambiental é a *criação de lugares*. A estreita cooperação entre planeadores, clientes e utentes é defendida como medida profiláctica para a harmonização e humanização de *designs* de lugares onde as pessoas vivam melhor.

Escusado será acrescentar que este livro precisa de editor português.

L. SOCZKA

FREUD, Ernst; FREUD, Lucie e GRUBRICH-SIMITIS, Ilse — *Sigmund Freud — his life in pictures and words*. Harcourt Brace Jovanovich, New York, 1978, 350 páginas. Prefácio biográfico de K. R. Eissler

Após a monumental obra de Jones sobre a vida e obra de Freud seria difícil produzir qualquer outro trabalho biográfico sobre o fundador da psicanálise que acrescentasse informação relevante. Eis que um dos seus filhos, Ernest Freud (1970) e a nora, Lucie Freud, juntamente com Ilse Grubrich-Simitis, produzem uma obra biográfica perfeitamente complementar da de Jones, apoiando-se extensamente em material fotográfico relativo não só à pessoa de Sigmund Freud mas a centenas de personagens, lugares e eventos associados à vida pessoal e profissional de Freud.

O livro é um conjunto de perto de quatrocentas fotografias, muitas delas inéditas, que percorrem com pormenor os 83 anos de vida de Freud, de Freiberg a Londres. Todas as fotografias são comentadas e acompanhadas por textos retirados da obra, da correspondência e da autobiografia de Freud, e num extenso apêndice os autores comentam e indicam as fontes dos textos, enquadrando-os historicamente.

Num prefácio de perto de 40 páginas, Eissler traça a biografia de Freud e abre o caminho para uma melhor compreensão do livro.

Excusado seria dizer que esta edição da Harcourt Brace Jovanovich se apresenta esplendidamente e com um soberbo arranjo gráfico de W. Fleckhans.

L. SOCZKA

Abordando alguns dos temas mais actuais em Psicologia Social, foi editada a versão portuguesa de *Psychologie Sociale*, das edições Mardaga, Bruxelas, 1979.

O livro fornece simultaneamente uma panorâmica quase global da situação teórica actual da disciplina e da sua capacidade heurística, introduzindo o leitor nos meandros da teoria e da metodologia da Psicologia Social. Dirigindo esta obra sobretudo a estudantes, o autor baseia-se em grande número de dados empíricos que servem de enquadramento à sua reflexão, recorrendo por vezes à descrição pormenorizada de cenários experimentais, por vezes a pequenas histórias do dia-a-dia, e conseguindo, assim, ilustrar de forma vivida os fenómenos abordados. É de fazer notar, contudo, que o rigor científico não é minimamente descurado, o que revela a extraordinária articulação entre o universo real e os dados laboratoriais conseguida neste livro.

Ao escolher uma abordagem temática, Jacques-Phillipe Leyens mostra, por um lado, os seus interesses pessoais enquanto investigador, e, por outro, a maioria das preocupações actuais da disciplina. Paralelamente, ao complementar tal tipo de abordagem com uma perspectivização histórica dos assuntos discutidos, propõe-se testemunhar a *dinâmica coerente de uma ciência recente*. Tal objectivo parece-nos, aliás, amplamente conseguido através da própria estruturação da obra, quer pelo cuidado constante com a definição conceptual, quer pelo encadeamento dos conceitos, quer ainda pela clareza com que as suas implicações vão sendo discutidas. Por tudo isto, a qualidade didáctica deste livro parece-nos merecer ser aqui realçada.

A obra apresenta-se-nos estruturada no que poderíamos considerar dois grandes blocos, o primeiro incidindo sobre o fenómeno da influência social e os processos a ele subjacentes, o segundo focando três temas que poderemos considerar na «ordem-do-dia» para a investigação em Psicologia Social — a atribuição causal, a agressão, e a atracção e altruísmo.

No primeiro grande bloco, Leyens começa por discutir a importância da percepção de uma *identidade pessoal* e os processos determinantes de tal percepção, desde a preparação do recém-nascido para a interacção social até à escolha do *grupo de referência*, por parte do adolescente e do adulto, como forma de obtenção ou manutenção de uma *identidade social positiva*. O leitor é, em seguida, introduzido à problemática da *facilitação social*, desde o trabalho de Triplett (1897) até às hipóteses de Zajonc (1967) e de Cottrell (1972), hipóteses que são analisadas comparativamente. Daqui, o autor parte para o estudo da *imitação*, com base nos trabalhos de Bandura (1954),

sobre a *teoria da aprendizagem social*, discutindo as condições da facilitação de comportamentos de imitação e sua função na aprendizagem. São apresentados, seguidamente, os trabalhos de Sherif (1965) sobre o *modelo autocinético*, como introdução aos processos de formação de normas, de conformismo — quer pela submissão às maiorias (Asch, 1951), quer pela submissão à autoridade (Milgram, 1974) — da mudança de atitudes e inovação.

No conjunto de três capítulos que consideramos como um segundo bloco, Leyens começa pela atribuição causal, descrevendo os modelos de Kelly (1967) e o *princípio da covariação*, e de Jones e Davis (1965) e o *princípio da eliminação*, enquanto reguladores do processo inferencial do «homem-comum». O autor define ainda os conceitos de *causalidade interna* e *causalidade externa*, sendo também abordadas algumas implicações e disfunções da atribuição de causalidade, nomeadamente no respeitante às diferenças entre actores e observadores com base nos trabalhos de Jones e Nisbett (1972). É dedicada uma secção deste capítulo ao *erro fundamental da atribuição* (Ross, 1977).

No capítulo seguinte, dedicado à *agressão*, são apresentadas as diferentes posições teóricas desenvolvidas neste domínio: a teoria da *frustração-agressão* de Dollard e Miller, que postula a existência de uma relação causal entre frustração e comportamento agressivo, e a teoria da *Aprendizagem Social* (já anteriormente discutida, mas noutra contexto) que, no campo específico da agressão postula uma relação entre a experiência anterior do sujeito e os seus comportamentos agressivos. O autor analisa ainda o papel da aprendizagem vicariante, da experiência directa da agressão e dos vários níveis de elaboração cognitiva, enquanto reguladores da agressão, e é neste contexto que descreve os estudos no campo dos efeitos da violência filmada sobre os comportamentos agressivos, o que, aliás, constituiu durante alguns anos, e também actualmente, um dos campos a que o autor dedicou os seus estudos.

Num último capítulo, dedicado à *atração* e ao *altruísmo*, Leyens discute o papel da atracção interpessoal nas relações interpessoais, articulando esta problemática com a do *altruísmo*, nomeadamente no que se refere ao *comportamento de ajuda* e à *difusão de responsabilidades*.

Em anexo, o autor foca alguns aspectos deontológicos relacionados com a experimentação em Psicologia Social.

Alguns comentários se nos oferecem a esta obra. Assim, gostaríamos de fazer notar a perspectivização dos temas numa óptica cognitivista, por oposição às correntes mais mecanicistas. Tal facto é ilustrado pelo autor, por exemplo quando se refere à catarse no contexto da agressão: *É assim que, contrariamente aos*

que consideram a catarse unicamente sob a perspectiva da activação fisiológica e da redução de tensão (...), nós privilegiamos uma reinterpretação cognitiva no quadro de uma interacção social. Esta afirmação revela outros dois aspectos que convém salientar: a ênfase no nível interindividual na abordagem dos fenómenos sócio-psicológicos, e a importância do papel da situação enquanto determinante dos comportamentos, mais do que de hipotéticas disposições pessoais dos indivíduos. É de lamentar, no entanto, que o autor não se tenha debruçado mais sobre o nível grupal e intergrupal, com grande actualidade na Psicologia Social europeia. É, aliás, o próprio autor que faz ressaltar esta falta na sua obra, dirigindo o leitor interessado para livros centrados nessa abordagem.

Deixamos, para terminar, uma palavra de Jacques-Philippe Leyens, respeitante ao interesse possível não só do livro, como da Psicologia Social para o psicólogo social ou «não social»: *Como se encontram poucos psicólogos sociais (experimentais) fora dos laboratórios, temos tendência para crer que a psicologia social nada tem a dizer da vida real. Esqueçemo-nos de que nenhuma prática psicológica se pode conceber fora de uma referência ao social. É portanto necessário que os psicólogos «não sociais» se informem cada vez mais das descobertas dos seus colegas «sociais», e que estes se mantenham mais do que nunca a par dos problemas contemporâneos da sociedade.*

JOSÉ MARQUES

ZAZZO, R.; GILLY, M.; VERBA-RAD, M. — *Nova Escala Métrica da Inteligência*, Vol. I (1978), Vol. II (1980). Livros Horizonte, Lisboa, 414 páginas

Como sabemos, foi uma tarefa de ordem prática a criação de classes especiais para crianças atrasadas, e portanto o diagnóstico da debilidade mental, o que levou Binet a interrogar-se sobre o que é a inteligência e como medi-la.

Assim, se o teste de Binet-Simon, na sua primeira forma (1905), tinha por objectivo estabelecer um diagnóstico rápido de atraso (diferenciando o idiota do imbecil e este do débil), vem a tornar-se em 1908 num teste que permite estabelecer uma hierarquia entre as crianças normais, tendo o ponto de vista estático (tributário das categorias de idiotia, imbecilidade e debilidade) cedido lugar ao ponto de vista genético. Na revisão de 1911, que fixou definitivamente o clássico Binet-Simon, somente se fizeram alterações na sua apresentação.

O Binet-Simon «pretende assim dar-nos conta do desenvolvimento mental, definido como aquisição progressiva de mecanismos intelectuais de base, ou seja, sobre a velocidade de aquisição deste equipa-

mento de base». Para Zazzo, «a debilidade não será um estado, um nível mental imutável, ela é uma certa velocidade de crescimento, uma lentidão do desenvolvimento mental».

Revisto por Terman em 1937 para a população dos EUA (e adaptado por Cesselin em França em 1959), o Binet-Simon permaneceu quase meio século sem qualquer revisão de fundo, que o aperfeiçoasse como instrumento métrico e clínico.

Este trabalho é indicado por R. Zazzo e equipa em 1946, com uma *rectificação gráfica* da prova, seguindo-se em 1948-49 uma *reaferição*, e em 1960 começa a *reconstrução experimental* e a *reaferição da escala* (dos 7 aos 14 anos), que seria concluída em 1966, e publicada com o nome de NEMI — Nova Escala Métrica da Inteligência.

Este trabalho e sua metodologia, resultados e aferições encontram-se no primeiro volume da obra agora publicada entre nós.

Em Portugal, se exceptuarmos o trabalho de Ferreira Marques, que em 1969 efectuou a aferição do WISC, os psicólogos não tinham ao seu dispor escalas de desenvolvimento intelectual adaptadas e aferidas.

É este trabalho de *adaptação e aferição* da NEMI para Portugal que Joaquim Bairrão Ruivo e a equipa do COOMP realizaram de 1972 a 1977.

Segundo os autores, «as modificações introduzidas na escala portuguesa são de dois tipos: alteração na ordem dos *items* segundo o grau de dificuldade, ou modificação do nível de êxito, de modo a aumentar o valor discriminativo do *item* em questão, e, conseqüentemente, do conjunto da escala».

Podemos encontrar na 1.ª parte do II volume os estudos sobre a adaptação e a aferição da NEMI, descrevendo a metodologia empregue e indicando os resultados da aferição para Portugal. São igualmente fornecidas fichas analíticas de cada *item* da prova, que permitem esclarecer o significado, facilitando posteriormente a interpretação qualitativa das dispersões individuais.

Na 2.ª parte encontramos o manual de aplicação, onde se faz a descrição do material, a técnica de condução do exame, as fichas de *item* indicando o seu modo de aplicação e cotação, e uma breve nota sobre o cálculo do Q. I.

Como diz Zazzo, «um teste é um instrumento de diagnóstico, um meio essencial da psicologia clínica, normal ou patológica», e ainda, «a todos os níveis de escolaridade, as provas do tipo Binet-Simon são excelentes testes, e em geral os melhores, em matéria de prognóstico de sucesso escolar».

Cabe agora aos psicólogos, posta à sua disposição a NEMI P. 1977, e no dizer de Bairrão Ruivo, «utilizar inteligentemente este teste de inteligência».

VITOR PINA DA COSTA